



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Formação profissional

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTE AOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

THATIELE MONIC ESTEVÃO ¹

RESUMO: Este artigo é fruto das reflexões realizadas durante o processo de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “O trabalho de assistentes sociais nas assessorias aos atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão”, vinculado a linha de pesquisa “O trabalho de assistentes sociais em territórios atingidos pela mineração/barragens”. A partir do materialismo histórico dialético, a pesquisa de campo, qualitativa, foi construída por meio de questionário com questões abertas e fechadas enviado via email para assistentes sociais que estão/estiveram inseridas nas assessorias técnicas independentes aos atingidos pela barragem de Fundão em Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Formação profissional; Trabalho profissional, Assessoria Técnica Independente.

ABSTRACT: This article is the result of reflections carried out during the course conclusion work process, entitled “The work of social workers in the advisory services to those affected and affected by the Fundão dam failure”, linked to the research line “The work of social workers in territories affected by mining/dams”. Based on dialectical historical materialism, the qualitative field research was built through a questionnaire with open and closed questions sent via email to social workers who are/were included in independent technical advisory services to those affected by the Fundão dam in Minas Gerais.

KEYWORDS: Professional training; Professional work, Independent Technical Advice.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Viçosa

1. INTRODUÇÃO

O rompimento da barragem de Fundão no município de Mariana (Minas Gerais) em novembro de 2015 escancarou o caráter predatório da mineração no Brasil cujas determinações podem ser explicadas a partir da dinâmica dos períodos do boom e pós-boom das commodities minerais que tiveram início nos anos 2000. Tal período apesar de se constituir a partir de determinações estruturais – dinâmica do sistema do capital e nossas particularidades sócio-históricas – engendrou novas formas históricas no setor mineral brasileiro.

Nessa direção, ao tomarmos como ponto de partida o padrão de minerar nos marcos da minério-dependência, buscaremos uma aproximação aos limites e possibilidades do trabalho de assistentes sociais nos territórios atingidos pela mineração/barragens. Conforme compreendemos, o Serviço Social como profissão é peculiarizada pela dinâmica das relações sociais vigentes em suas conjunturas históricas. Por isso, a dinâmica da realidade social é conseqüentemente onde o objeto de intervenção constrói, reconstrói. Nesse sentido, é preciso pensar a partir de tais transformações e processos históricos como a profissão é impactada e constrói estratégias profissionais para responder as novas demandas.

No presente trabalho, busca-se enfatizar – a partir da análise dos questionários respondidos por cinco assistentes sociais das assessorias – o processo de inserção em um novo campo de trabalho e a relação com a formação profissional das assistentes sociais.

A coleta dos dados que compõem a pesquisa foi realizada com cinco profissionais do sexo *feminino*, majoritariamente *negras* e que estão ou estiveram inseridas no campo das assessorias técnicas independentes a territórios atingidos pela barragem de Fundão. Para resguardar o sigilo e confidencialidade dos dados colhidos durante o processo de pesquisa, não iremos revelar os nomes das instituições nas quais as profissionais atuam/atuaram e trataremos cada participante por um dos direitos adquiridos pelos/as atingidos/as durante a longa luta por reparação: Assessoria Técnica Independente, Auxílio Financeiro, Auxílio Moradia, Matriz de Danos e Reassentamento.

A respeito das entrevistas, tratam-se de profissionais graduadas entre os anos de 2005 a 2020, momento em que os cursos de Serviço Social no Brasil já estavam estruturados a partir das novas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social. Ou seja,

na perspectiva de um perfil profissional defendido pelo Projeto Ético-Político:

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais” (ABEPSS, 2014, p. 02) (ABEPSS, 2021, n.p).

As maiorias das profissionais se formaram em universidades *particulares* (três), e a menor parte em universidades *federais* (duas). Quanto ao processo de formação profissional, para todas ocorreu na *modalidade presencial*. No período de atuação dentro da assessoria técnica independente aos territórios atingidos, as assistentes sociais que estão ou estiveram inseridas neste espaço sócio ocupacional possuem/possuíam *um* vínculo empregatício, sendo este sob o regime de CLT, com carga horária de trabalho entre 40 a 44 horas semanais. Quanto à função exercida neste espaço de trabalho, majoritariamente a descrição é de **assessora técnica**, bem como assessora técnica de nível superior plena, pesquisadora, cadastradora. Em nenhum momento foi identificado o nome de **assessora técnica em Serviço Social**.

O método que nos guiou no estudo foi o materialismo histórico dialético. Utilizou-se uma metodologia qualitativa, onde foi enviado via e-mail um questionário com questões abertas e fechadas para profissionais que estão/estiveram inseridas em assessorias técnicas independentes aos atingidos pela barragem de Fundão/MG.

O trabalho está organizado em dois momentos. No primeiro, contextualizamos sobre a formação profissional das assistentes sociais inseridas no campo da assessoria técnica independente. No segundo momento, passamos a dialogar com as respostas das assistentes sociais em relação as instrumentalidades acionadas por elas visando responder as mais diversas demandas apresentadas pelos atingidos e atingidas.

2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS INSERIDAS NA ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE: DILEMAS, AUSÊNCIAS E POTENCIALIDADES.

Um dado importante que nos chamou atenção foi o fato de majoritariamente as assistentes sociais terem marcado a opção **não** (60%) para a pergunta: *em sua opinião, o conhecimento adquirido durante a graduação deu conta de responder as demandas do*

Serviço Social neste campo de trabalho? E aqui é possível nos aproximarmos de algumas mediações que, a nosso ver, contribuem para pensar tais respostas, ainda que 40% das profissionais tenham sinalizado que a formação profissional contribuiu para compreender as demandas desses espaços de trabalho. Afinal, conforme temos acompanhado esse é um ‘reclame’ presente entre as assistentes sociais que trabalham nos territórios pós-rompimento. Quando analisamos o currículo das universidades de formação destas profissionais, observamos que em sua maioria o debate acerca da temática mineração *não* aparece explicitamente nas matrizes curriculares. Para além da discussão da mineração em si, se considerarmos que há um vínculo mais direto com o núcleo dois das diretrizes curriculares da ABEPSS – Núcleo de Fundamentação da Formação Social Brasileira –, também não se observa o aprofundamento da formação social brasileira, em particular da formação social mineira que, em tese, deveria perpassar pela mineração, uma vez que essa atividade atravessa a história do nosso território.

Segundo Bertollo (2017, p. 142), “o estado de Minas Gerais, que como o próprio nome já deixa entendido, é um território com uma imensa riqueza natural subterrânea”, seja por seu aquífero ou pelo vasto número de jazidas de minério. Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM, 2014, n.p), Minas Gerais é o estado minerador *mais importante no país*, visto que é dele que sai aproximadamente *53% do minério exportado*.

Compreendemos que, além de necessários e urgentes, os debates sobre o sistema minerário e suas implicações na sociedade tendem a qualificar a formação profissional, bem como dar suporte aos profissionais do Serviço Social no exercício de suas atribuições e competências cotidianamente².

Como bem destacou Teixeira (2019, p. 83), a respeito dos três núcleos das diretrizes curriculares da ABEPSS, “a unidade articulada dos núcleos se caracteriza como uma forma metodológica possível para articular trabalho e formação na dinâmica social”. Evidencia-se, assim, por meio da unidade articulada, o significado social da profissão e do trabalho profissional (TEIXEIRA, 2019). Ademais, “os Núcleos de Fundamentação apresentam-se como essenciais para a análise da profissão e são estratégicas metodológicas de construir a formação profissional e o seu exercício teórico-prático cotidiano, tomando o Serviço Social como totalidade (TEIXEIRA, 2019, p. 83)

Aqui, cabe um destaque que estabeleça uma mediação entre o perfil profissional – e

2 Ressaltamos que a análise acima foi feita com base na matriz curricular disponibilizada pelas universidades em sua página nas redes sociais e que, portanto, não podemos afirmar que em nenhum momento as profissionais não tiveram aproximação com a temática mineração, bem como o trabalho de assistentes sociais nesses territórios.

particularmente das profissionais entrevistadas – com o debate da educação permanente. Portanto, quando falamos de perfil, é necessário construirmos também algumas reflexões acerca do gênero majoritário no Serviço Social que, conforme demonstram as pesquisas trata-se de uma “profissão eminentemente feminina”. Sendo assim, quando falamos da mulher, é fundamental entendermos o papel que esta ocupa em uma sociedade marcada pelo patriarcado e extremamente machista. Importa fazer estas ponderações, pois, ao pensarmos em formação continuada dentro da categoria, estamos falando majoritariamente sobre mulheres que deverão continuar seus estudos e que, em sua maioria, devido às condições sociais em que vivemos, lidam com duplas, triplas jornadas de trabalho, ou mais, exercendo seu papel de profissional, mãe, mulher; dentre outros tantos “deveres” que são imputados às mulheres nesta sociedade. E, por isso, consideramos um desafio, afinal: como exigir e/ou garantir que estas em seu cotidiano tenham assiduamente o compromisso com a educação permanente³?

Portanto, a condição da mulher, tratada e/ou colocada por esta sociedade em situação de sobrecarga e subalternidade, traz algumas implicações a sua condição profissional e até mesmo a categoria profissional que passa a ser vista a partir das concepções patriarcais, como uma profissão *subalterna*. Reforçamos que o “problema” não é ser uma profissão majoritariamente composta por mulheres, ou ser uma mulher que escolhe esta profissão, a contradição está em uma sociedade que ainda é extremamente patriarcal e machista, e que vê a mulher como mais uma peça de manutenção da ordem do capital.

Portanto, como exercício de síntese desse tópico estamos considerando que, apesar da reclamação de que a formação profissional (inicial) não contribuiu para o desvendamento das contradições vivenciadas no trabalho – principalmente quando se trata dos rompimentos de barragens –, precisamos compreender tal questão a partir de uma leitura *dialética* da realidade. Sendo assim, é preciso inicialmente identificar os problemas⁴ que a formação profissional em Serviço Social vem apresentando no que tange à capacidade de contribuir para a construção de um perfil que compreenda os fundamentos da profissão, e que nos

3 Sobre o debate da educação permanente no trabalho profissional conferir a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>.

4 Não temos condições no presente trabalho de aprofundar os diversos dilemas que atravessam a formação profissional em Serviço Social no tempo presente. Mas cabe destacar alguns desafios que colocam em xeque a formação de um perfil profissional almejado pela ABEPSS: a lógica da política de educação superior no Brasil e seu desfinanciamento; a precarização e aligeiramento da formação; a sobrecarga de trabalho e adoecimento docente; o impacto do neoconservadorismo na formação; etc.

prepare para o exercício profissional em qualquer espaço sócio-ocupacional. E aqui reforçamos que os currículos não podem se eximir do debate sobre a formação social brasileira e a respeito das particulares formações regionais e locais, onde deve constar a discussão acerca da mineração - particularidade da formação profissional em nossa região. Sendo assim, é preciso garantir na formação do assistente social a compreensão nítida dos fundamentos do Serviço Social, aqui compreendidos como a síntese da articulação dos três núcleos das diretrizes curriculares da ABEPSS⁵:

Os Núcleos de Fundamentação por meio do conjunto dos seus elementos, matérias, conteúdos compõem a explicitação teórico-metodológica e histórica que expressa a concepção de profissão, por meio de seu significado social na sociedade capitalista. A exigência posta na realidade social de explicitar e ensinar o significado social da profissão impulsiona a categoria profissional a construir um projeto de formação que permitisse apresentar tal significado e ensiná-lo as/aos futuras/os assistentes sociais. A construção dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, sua unidade articulada, vai caracterizar-se como fundamentos porque partem da realidade concreta, expressam a perspectiva teórico-metodológica e histórica de analisar a realidade social, as particularidades sócio-históricas da sociedade brasileira, das classes sociais, em âmbito nacional, internacional, regional e local, e do fazer teórico-prático no trabalho profissional (TEIXEIRA, 2019, p.82).

Portanto, conforma destaca o autor:

Na formação profissional, tal lógica de unidade deve estar presente na elaboração dos PPPC's, na direção social da formação, nos conteúdos dos componentes curriculares e nas atividades integradoras do currículo, que são os estágios supervisionados e os trabalhos de conclusão de curso. No trabalho profissional, tal unidade dos conhecimentos desses núcleos deve estar presente na construção da análise de realidade, na apreensão da correlação de forças presente no trabalho profissional, nas respostas profissionais para a intervenção prática junto as/aos usuárias/os, nos planos de trabalho e nos projetos de intervenção. Portanto, *a unidade articulada dos núcleos se caracteriza como uma forma metodológica possível para articular trabalho e formação na dinâmica social. Evidencia-se, assim, por meio da unidade articulada, o significado social da profissão e do trabalho profissional* (TEIXEIRA, 2019, p.83).

Ao mesmo tempo, na contraface dessa exigência colocada no tocante à formação, é preciso que as/os profissionais tenham a clareza de que se trata de um percurso inicial, exigindo, portanto, a construção de estratégias que possam capacitar para o exercício qualificado e comprometido com a qualidade dos serviços prestados, a partir das particulares expressões da “questão social” e dos objetos de trabalho em cada espaço sócio-ocupacional. Ou seja, é necessário que se reconheçam os limites da formação inicial para, assim, buscar-se capacitação para o aprofundamento a partir dos fundamentos da profissão, dos objetos de trabalho

5 Núcleos de Fundamentação: teórico-metodológico da vida social; da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e, do trabalho profissional.

específicos, em sua maioria não amadurecidos em sua totalidade durante a formação. Não desconsiderando aqui, conforme apresentado, os desafios da educação permanente para uma profissão eminentemente feminina, diante do peso do patriarcado e das duplas e triplas jornadas de trabalho.

3. AS INSTRUMENTALIDADES ACIONADAS PELAS PROFISSIONAIS NAS ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES

No que tange a dimensão da cotidianidade e da clareza em relação as dimensões que compõem o trabalho profissional, a instrumentalidade, acionada para responder às demandas em busca da reparação das/os atingidas/os, os instrumentos e ações mais utilizados e mencionados pelas assistentes sociais foram: coleta de termo, acolhimento social, reuniões em grupo e parecer social.

O acolhimento é realizado individualmente ou com a família no processo de reparação de danos. Os instrumentos utilizados normalmente são as coletas de termos, relatórios para o ministério público e muitas vezes trabalhos multiprofissionais onde se descreve o trabalho social. O trabalho de base é outra atividade comumente realizada pelo profissional assistente social no processo de acolhimento e escuta das demandas trazidas pelos atingidos (MATRIZ DE DANOS).

Percebemos que, assim como em outros espaços de atuação do assistente social, o mesmo está inserido em equipes multidisciplinar, para assim conseguir dar vazão às demandas dos atingidos e atingidas, *“o trabalho não pode ser isolado de outras profissões pois há neste contexto inúmeras situações que perpassam a vida das famílias tais como moradia, saneamento básico, historicidade, direitos violados, ou seja, uma gama de violações que deve ser pensado em conjunto”* (Matriz de Danos).

Cabe-nos aqui fazer uma reflexão acerca dos impactos da pandemia no processo de reparação das/os atingidas e atingidos, tomemos como exemplo o espaço sócio-ocupacional do Plantão Cáritas, local onde realizei o meu estágio. Desde o início do isolamento social, todas as demandas passaram a ser respondidas de forma remota. Isso trouxe novos desafios ao cotidiano da assistente social inserida neste espaço sócio-ocupacional. Assim como todos os profissionais inseridos no mercado de trabalho, foi necessária a reestruturação da metodologia de trabalho para que a assistente social pudesse dar resposta às mais variadas demandas das/os usuárias/os.

O período remoto acabou por alongar o caminho percorrido em direção à reparação

das/os atingidas e atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Com o período de isolamento social e lockdown, o pouco contato realizado entre os usuários e o Plantão Cáritas foi feito por telefone, levando em consideração que nem todos os usuários possuem destreza com as tecnologias e meios digitais. Entendemos que o período remoto trouxe um *retardo* ao processo de reparação.

Em sua atuação profissional, a assistente social inserida na assessoria técnica independente buscou avançar em direção ao Projeto Ético-Político, fazendo as mediações necessárias para melhor leitura da totalidade, entendendo as limitações impostas pela nova metodologia de trabalho e desenvolvendo todas as ações de forma crítica. O problema é que após o encaminhamento das demandas, as mesmas passam por um processo de retardo em outras instâncias, como o Ministério Público e Defensoria Pública. As/Os profissionais atuantes na assessoria, em sua maioria, necessitam de contato físico/atendimento presencial, de modo que é possível destacar a prejudicialidade do período remoto ao processo de reparação.

No Plantão Cáritas conseguimos, em um dado momento, vislumbrar a retomada de uma das atividades que de certa forma é essencial durante o processo de reparação: o atendimento presencial. Com o avançar da vacinação e cenários um pouco melhores do que a meses presenciávamos por causa da Pandemia de *Covid-19*, foi possível retomar alguns atendimentos presenciais, buscando atender preferencialmente os atingidos e atingidas que apresentavam dificuldades de conseguir participar do atendimento online⁶, para que, assim, conseguíssemos que todos aqueles que porventura necessitassem de atendimento não tivessem o seu pedido negado devido aos desdobramentos da conjuntura atual.

O atendimento presencial/acolhimento se torna um momento único no contato com os usuários e é a partir deste momento que conseguimos identificar no nosso objeto de trabalho quais expressões da “questão social” são mais evidentes nestes espaços para, posteriormente, haver a construção das respostas profissionais. Segundo Auxílio Financeiro: “o *empobrecimento da população atingida é a principal expressão da questão social mais evidente*”, para Auxílio Moradia, “as expressões mais recorrentes eram os vínculos

6 Importa salientar que, o atendimento por meio remoto/online não é regulamentado pelo CFESS, visto que ainda são necessárias algumas reflexões acerca da qualidade do trabalho exercido desta forma. No entanto, frente à pandemia que se instaurou no mundo, esta foi uma forma de resguardar a população usuária de possíveis contaminações, bem como conseguir dar vazão às suas demandas que neste período pandêmico ficaram ainda mais afloradas. Entretanto, uma das reflexões feita pelo CFESS foi acerca do sigilo profissional, de como resguardar a privacidade e o sigilo dos atendimentos, “no âmbito do trabalho remoto, não é possível à/ao profissional saber, a priori, se estas condições estão dadas. A pessoa que está ao telefone, ou utilizando outros meios remotos, pode estar em casa, no trabalho, na rua ou outros locais. Pode ainda estar sozinha ou acompanhada. Pode estar em local que assegure sua privacidade ou não” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2020, p. 9).

familiares rompidos ou fragilizados, abuso de substâncias (remédios, drogas, álcool) e danos gravíssimos à saúde mental e física. Haviam inúmeros casos de depressão, alcoolismo, abusos". Confirmando uma realidade que as pesquisas já vinham demonstrando:

Adensa essa análise, a pesquisa sobre a saúde mental da população atingida de Mariana e Barra Longa, realizada por Neves (et all, 2019, p. 12) em que afirma: "[...] se rompe muito mais do que uma barragem. Os efeitos da violência e da destruição causadas pela lama, que é física, mas também simbólica, atingem diferentes dimensões da vida", sendo que "[...] Isso permite compreender que a vivência da tragédia se perpetua e se renova dia após dia na morosidade e nas violações praticadas pelas empresas [...]". O estudo, que entrevistou 225 pessoas adultas, aferiu cinco tipos de transtornos mentais: depressão (28, 9%) e transtorno de ansiedade generalizada (32%), com incidência cinco vezes maior e três vezes maior que a incidência nacional, respectivamente; transtorno de estresse pós-traumático (12%); risco de suicídio (16,4%) e transtorno por uso de substâncias (24,4% declararam aumento da dependência de tabaco). Em relação a população de 46 crianças e adolescente, aferiu a incidência de depressão (39,1%); ansiedade (39,1%) e transtorno de estresse pós-traumático (82,9%) – só não maior que em desastre nuclear (88%)" (MASCARENHAS, 2021, p. 16).

O acolhimento das demandas das/os atingidas e atingidos é uma das principais atribuições da/o assistente social inserido na assessoria, assim como a sistematização de dados e elaboração de documentos que competem somente ao Serviço Social. Não devemos nos esquecer de que o momento do acolhimento deve ser também de instrução e formação dos usuários, contribuindo com o processo de informação dos mesmos nesta construção da reparação integral.

O trabalho do assistente social no âmbito de uma assessoria técnica se dá inicialmente pela escuta do sujeito que tem seus direitos violados sem muitas vezes terem sido público da assistência social. Este é um grande desafio, pois quando há uma situação adversa como um rompimento de barragem ou deslocamento de famílias para outras áreas, a fragilidade passa a ser a principal questão dessas famílias. Entender essa fragilidade e necessidade de escuta e atendimento social, é um desafio do profissional que tem que ser cotidianamente construído e capacitado com estudos e formação (MATRIZ DE DANOS).

Entender o caráter pedagógico da profissão é fundamental, mas também um desafio à categoria profissional. Assim como mencionado por Matriz de Danos, outros tantos desafios surgem no cotidiano da/o assistente social inserido na assessoria técnica independente, dentre eles o enfrentamento frente às mineradoras "*num contexto desigual e novo para os profissionais*" (Auxílio Financeiro). Estar inserido em um novo campo de trabalho lidando com uma das faces mais cruel do capitalismo é um "fardo" muito pesado, por isso urge a necessidade de uma leitura crítica da realidade para que consigamos compreender, assim como Mascarenhas (2021, p. 8) nos expôs, que "é necessário assimilar que o monstro, longe de ser novo e de padrão estadual e/ou nacional, é gestado, assim como todas as outras atividades produtivas, à garantir, no marco do território, a lei geral de

acumulação capitalista, pois “[...] produzir mais valia é a lei absoluta desse modo de produção” (MARX, [1890] 2017, p. 719) (MASCARENHAS, 2021, p. 8).

Igualmente desafiador é a “*desvalorização do trabalho do profissional do serviço social, que fica muito limitado pelo contrato de trabalho, pelas atribuições*” (Auxílio Moradia). Mais uma vez é importante reafirmar a importância do alinhamento da categoria profissional perante os objetivos da profissão e salientar a relativa autonomia que se faz presente em todos os espaços de inserção da/o assistente social, bem como da condição de instabilidade da classe trabalhadora perante a quem contrata seus serviços.

Na direção de expansão das margens de autonomia profissional no mercado de trabalho, é fundamental o respaldo coletivo para a definição de um perfil profissional da profissão: valores que orientem, competência teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias a sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional associado as forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade. Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2010, p. 422).

Além dos fundamentos da profissão e da clareza dos nossos princípios e objetivos, é necessário que a/o profissional esteja atento às mudanças conjunturais, “*por ser uma nova face da questão social a violação de direitos ocasionados por rompimento ou acionamento do PAEBM, penso que o principal desafio seja o embasamento teórico e metodológico algo que não é específico somente do serviço social, pois a legislação brasileira ainda está em construção*” (Reassentamento). O depoimento de Reassentamento nos atenta para como o Estado tende a corroborar com este processo de violação de direitos causados pelas Indústrias Extrativas Minerais, a exemplo disso, o crime ocorrido em Brumadinho mais de três anos depois do crime ocorrido em Mariana.

Para as/os profissionais que atuam/atuaram frente ao segundo crime, acreditamos que os horizontes se apresentavam um pouco mais favoráveis no campo de atuação, compreendendo que era possível fazer a troca de conhecimento com as/os profissionais que atuam/atuaram frente ao primeiro crime. Entretanto, apesar de os espaços sócio-ocupacionais possuírem a mesma base de trabalho - expressões da “questão social” -, é imprescindível que a/o profissional conheça as particularidades do espaço de atuação, bem como acompanhe as mudanças das legislações que podem implicar do desenrolar de seu trabalho, como por exemplo, para as/os profissionais inseridas/os em territórios atingidos é importante conhecer as leis que implicam nos direitos das/os atingidas e atingidos por

barragens, seja em esfera estadual⁷, seja federal⁸ e/ou municipal. A dimensão investigativa é fator primordial nos/nestes espaços de atuação.

Para Matriz de Danos “os desafios postos ao trabalho profissional é saber lidar com o estresse, as violações e rupturas ocasionadas por situações de crime ambiental. Neste cenário é importante o cuidado e priorização do atendimento, de acordo com cada situação, a fim de se viabilizar o acompanhamento destas pessoas”. É preciso compreender a particularidade de cada sujeito para que se faça uma escuta ativa durante o atendimento.

Apesar de ser desafiadora a atuação em territórios atingidos por barragem e altamente violados, as profissionais compreendem que é a partir destes desafios que se abre as possibilidades para o novo frente a realidade que está posta:

“existe a possibilidade de transitar por novos espaços, realizar boas construções e diálogos com a comunidade, além de ampliar o campo de atuação” (AUXÍLIO MORADIA);

“penso que o trabalho nas Assessorias Técnicas surgem como um novo campo de trabalho para os(as) assistentes sociais e a possibilidade de contribuir na elaboração da construção de novos direitos” (REASSENTAMENTO);

“como possibilidade, tem-se uma escuta apropriada e capacitada com encaminhamentos e acompanhamento social, além de um trabalho conjunto para o processo de reparação” (MATRIZ DE DANOS);

“as possibilidades se dão através da análise da conjuntura local que permite que sejam propostas formas do Assistente Social realizar efetivamente um trabalho que transforme a realidade da população e deixe a eles condições de prosseguirem com seus novos modos de vida sem desconsiderar o contexto social que os abarca” (AUXÍLIO FINANCEIRO).

Aqui então, a partir dos relatos, vamos identificando o reconhecimento por parte das profissionais das potencialidades e a importância de assistentes sociais nesses espaços. O trabalho de assistentes sociais na assessoria técnica independente tem se apresentado não só como um meio de *viabilizar os direitos das/os atingidas/os*, a partir do trabalho desenvolvido pelo profissional, mas também como uma possibilidade de imersão da categoria a um debate que se faz presente no cotidiano profissional, mas que ainda não tem se destacado de forma relevante.

7Política Estadual dos Atingidos por Barragens (Peab), Lei 23795, promulgada em 15/01/2021. Disponível em:<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=lei&num=23795&comp=&ano=2021>>.

835 Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), PL 2788/19. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2201532>>. Em buscas realizadas até a data de 23/10/2021, a PL encontrava-se “aguardando apreciação pelo Senado Federal”. “Representantes da Justiça defenderam nesta quarta-feira (20) a aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de lei que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. A proposta (PL 2788/19) já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e aguarda votação dos senadores” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, n.p).

A despeito disto, Netto (1996) nos aponta reflexões favoráveis sobre a importância da presença forte do assistente social no seu campo de atuação profissional e de como a falta de conhecimento sobre o campo de atuação reduz a capacidade de realizar inovações. Conforme o autor chama atenção, a lacuna entre desconhecimento e inseguranças na execução de suas atribuições e competências, bem como a ausência da dimensão investigativa no trabalho, tende a não ser favorável ao trabalho e categoria profissional:

[...] as novas demandas (potenciais e/ou reais, postas seja pelas transformações societárias, seja pelas alterações político-institucionais) são enfrentadas pelos profissionais em condições frequentemente desfavoráveis: inseguros pelas fragilidades da sua formação (ou por causa de uma formação que não responde à realidade em que se inserem), desmotivados pelas baixas remunerações, pressionados pela concorrência de outros profissionais (aparentemente mais "seguros", mais "legitimados"), condicionados ainda por um lastro conservador em relação aos seus papéis e atribuições - por isso e muito mais, é frequente uma atitude defensiva e pouco ousada dos assistentes sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional (NETTO, 1996, p.111)

O trabalho de assistentes sociais junto aos atingidos/as possibilita o processo de formação e construção de consciência coletiva, para que estes, em sua luta, busquem por políticas que versem inteiramente sobre as suas demandas e que possam contribuir com o desfecho de suas problemáticas, para além de possibilitar um banho de realidade à categoria que nestes territórios tem como pano de fundo e objeto de intervenção, expressões da "questão social" agravadas por uma das faces mais cruel do capitalismo predatório, as Indústrias Extrativas Minerais.

4. CONCLUSÃO

Afinal, quem são as assistentes sociais que estamos dialogando na presente pesquisa? São profissionais que estão ou já estiveram inseridas nas assessorias técnicas independentes aos atingidos e atingidas pela barragem de Fundão; mulheres negras, formadas por universidade públicas e particulares com ensino presencial; que possuem ou possuíam um vínculo empregatício com carga horária semanal entre 40 e 44 horas - o regime de contratação majoritário é pela CLT-, e são contratadas pelo cargo genérico de assessor/a técnico/a. Não possuíam experiência em assessorias e se defrontaram com o "fenômeno" rompimento de barragens pela primeira vez na experiência profissional ao se inserirem nesse espaço de trabalho.

Diante do reclame da ausência do debate na graduação e das construções que as/os profissionais vem realizando, conforme narraram, compreendemos que é preciso avançar na formação inicial garantindo o debate sobre mineração e territórios minerados, não só por

disciplinas, mas como extensão, pesquisas, atividades diversas e etc. Ao mesmo tempo que as profissionais precisam assumir o compromisso estabelecido no código de ética sobre o constante aprimoramento intelectual; bem como: “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CRESS – AL, 2018, n.p). Isso exige reconhecer os limites da formação inicial e assumir as tarefas da educação permanente como forma de responder às demandas no novo campo de trabalho a altura de suas exigências. Ou seja, sem justificar a ausência de competência e qualidade das respostas como culpa da formação profissional.

Portanto, concluímos que, os fundamentos da profissão que se materializam nas dimensões teórica-metodológica, ético política e técnico-operativa, permitem ao profissional atuar frente a realidade e a qualquer expressão da “questão social”, fazendo mediações de maneira crítica, entendendo que não existe neutralidade dentro de uma profissão que visa a defesa dos direitos da população usuária. O exercício profissional traz diversos desafios aos profissionais de Serviço Social, no entanto, a desmistificação do cotidiano com análises críticas alinhada às três dimensões, rompendo com visões fatalistas e/ou messiânicas nos permitem sair do campo da imediatividade e da burocracia.

Para desmistificar isso, é necessário que se compreenda a realidade, bem como apreender o método de Marx, desvencilhando-se da burocracia que está dentro da lógica capitalista e que leva à racionalização do trabalho, “[...] o que requer dar um salto de profundidade na incorporação da teoria social crítica no universo da profissão, aliada à pesquisa das respostas profissionais acionadas para fazer frente a *questão social*.” (IAMAMOTO, 2010, p. 431), por isso, ressaltamos aqui a importância de uma formação continuada. A cotidianidade será sempre um desafio a categoria profissional e nos trará provocações necessárias de respostas, como a materialização do Projeto Ético-Político perante a fetichização do capital.

É necessário que se tenha clareza que os fundamentos da profissão devem nos propiciar uma formação crítica que nos dê subsídios para atuar frente a qualquer expressão da “questão social”, sejam estas “velhas” conhecidas ou advindas de situações novas, como por exemplo as surgidas a partir de um crime de rompimento de barragem.

Portanto, a partir disso é preciso retomarmos algumas reflexões: a) ainda que não tenha discutido a mineração em si, o pressuposto é que esses fundamentos da formação preparem o/a profissional para atuar em qualquer espaço de trabalho – nos preparamos para atuarmos profissionalmente como assistentes sociais em qualquer lugar, compreendendo que algumas temáticas do trabalho deverão fazer parte de uma agenda de

formação continuada no período pós formação inicial; b) a educação permanente, a formação continuada tem a tarefa de responder a essas novas demandas. Portanto, quais estratégias os/as profissionais têm acionado? Essas reflexões nos permitem compreender que o perfil de formação que defendemos é generalista, e não de especialistas. E para tal, podemos citar algumas estratégias que contribuem com o perfil profissional que almejamos: a exigência de capacitação por parte dos empregadores; a construção do grupo de estudos como parte da dinâmica do trabalho; a supervisão de estágio que qualifica o trabalho; as diversas modalidades de pós-graduação; o diálogo com as comissões do CRESS para tratar da temática e/ou com os Núcleos de Assistentes Sociais (NAS); as parcerias com os grupos de estudos, pesquisas e extensão das universidades.

Para além disto, a assessoria técnica independente enquanto campo de trabalho para a/o assistente social vem se constituindo como potência, ainda que de forma tímida falemos sobre a assessoria técnica independente enquanto espaço sócio-ocupacional. É necessário entender as possibilidades que este campo de trabalho propicia, principalmente no processo de *organização popular e política dos sujeitos* (como esperado também em demais espaços). No processo de assessoria, assim como em todos os campos de trabalho, é preciso que o profissional seja propositivo, criativo, que busque uma formação continuada, entenda as particularidades do seu espaço de trabalho, compreenda o cerne das expressões da “questão social” que os usuários deste espaço apresentam, e que, a partir desse entendimento fortaleça a luta dos mesmos em busca da efetivação dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em: 23/09/2021.

BERTOLLO, Kathiúça. **Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG**. 2017. 289 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Debatedores pedem aprovação de política para populações atingidas por barragens.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/818790-debatedores-pedem-aprovacao-de-politica-para-populacoes-atingidas-por-barragens/>>. Acesso em: 23/10/2021

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 19/03/2021.

_____. **Esclarecimento sobre a implantação da jornada de 30 horas para assistentes sociais sem redução salarial.** Disponível em:<<http://www.cfess.org.br/arquivos/manifestacaocfess30horas.pdf>>. Acesso em: 23/09/2021.

_____. **Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia.** Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf>>. Acesso em: 20/10/2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE ALAGOAS – CRESS-AL. **CRESS/AL dá sequência à publicação dos textos da Agenda do Assistente Social 2018.** Disponível em: <<http://www.cress16.org.br/noticias/cressal-da-sequencia-a-publicacao-dos-textos-da-agenda-do-assistente-social-2018-2>>. Acesso em: 31/08/2022.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 4 ed. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO- IBRAM. **Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais.** Brasília, 2014. Disponível em:<<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004355.pdf>>. Acesso em: 19/03/2021.

MASCARENHAS, Raquel Mota. **Duas faces do mesmo monstro.** No prelo.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social/Carlos Montañó, Maria Lúcia Duriguetto.** – 3ª ed. - São Paulo; Cortez, 2011. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 5).

_____. **A natureza do Serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.** 2º ed. – são Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 2ª ed. - São Paulo; Cortez, 1996.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos Do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes curriculares da ABEPSS.** Rio de Janeiro, 2019. 331 f.